

---

# ARQUIVO HISTÓRICO



## PRIMEIRA REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA DE PORTUGAL NOS EUA E A LIGAÇÃO AO TRIBUNAL DE CONTAS



Sabia que Portugal foi dos primeiros Países a reconhecer a independência dos EUA?

No dia 4 de julho de 1776, em Filadélfia, era assinada a Declaração de Independência e, em Lisboa, decretava-se a proibição da entrada nos portos portugueses de navios provenientes das colónias britânicas da América do Norte. Uma curiosa coincidência! Outra coincidência é que o primeiro representante diplomático de Portugal nos EUA (1794-1799), Cipriano Ribeiro Freire, veio a ser, mais tarde, o Diretor do Erário Régio (1808-1809), Instituição que antecedeu o Tribunal de Contas.

Conheça mais sobre estes factos históricos: [PRIMEIRA REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA DE PORTUGAL NOS EUA E A LIGAÇÃO AO TRIBUNAL DE CONTAS](#)

## A VIAGEM DA PRINCESA LEOPOLDINA PARA O BRASIL



No dia 14 de agosto de 1817, começava finalmente a longa viagem marítima de mais de 80 dias que levou uma Princesa, de 20 anos de idade e que nunca vira o mar, do centro da Europa até à única Corte europeia a sul do Equador.

A Princesa pisou pela primeira vez solo português na ilha da Madeira, onde passou 2 breves dias, entre 11 e 13 de setembro, tendo ficado alojada no Palácio de S. Lourenço. Apaixonada por botânica e mineralogia, ficou impressionada pela natureza exuberante da ilha da Madeira.

No Brasil, esperava-a o Príncipe D. Pedro, filho de D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves.

Quem fazia parte da comitiva? Que mantimentos seguiram a bordo?

Leia a história desta viagem com estes e outros detalhes revelados através do *Livro de Despesa* existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. E aprecie as aguarelas de Franz Joseph Frühbeck, o jovem bibliotecário que integrava a comitiva da Princesa, que ilustrou esta viagem: [DE LIVORNO AO RIO DE JANEIRO - A VIAGEM DE D. LEOPOLDINA DE AUSTRIA, PRINCESA REAL DO REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVE](#)

**A CARTA DE  
QUITAÇÃO DE 1596  
AO TESOUREIRO  
MOR DA CASA DE  
CEUTA - “PELO QUE  
O DOU POR QUIT E  
LIVRE (...)”**



As expressões “estamos quites” ou “ficar quite” são de uso corrente, mas sabia que estão profundamente relacionadas com a história do controlo das finanças públicas e, portanto, do Tribunal de Contas?

O Tribunal de Contas revela o extrato da Carta de quitação de 1596 a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de tesoureiro mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 a 6 de junho de 1593, existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas: [CARTA DE QUITAÇÃO DE 1596 AO TESOUREIRO MOR DA CASA DE CEUTA - “PELO QUE O DOU POR QUIT E LIVRE \(...\)”](#)

## O ANTIGO COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE PONTA DELGADA E O TRIBUNAL DE CONTAS



No dia 3 de setembro de 1759, D. José promulgava a Lei que tornava proscritos os regulares da Companhia de Jesus, expulsando-os de Portugal e domínios ultramarinos.

Era o culminar do conflito que, há vários anos, opunha o Poder Político à Companhia de Jesus.

Os jesuítas já haviam sido banidos da Corte, acusados de envolvimento no atentado contra a vida do Rei, em setembro de 1757, e acusados também do “tenebroso e façanhoso projeto com que havia[m] intentado e clandestinamente prosseguido a usurpação de todo o Estado do Brasil”.

E, em 19 de janeiro de 1759, é dada a ordem para o sequestro de todos os bens móveis e de raiz, rendas, ordinárias e pensões, que pertenciam à Companhia em Portugal e seus domínios, e também para a reclusão dos seus religiosos.

O sequestro dos bens da Companhia de Jesus, bem como dos bens das Casas de Aveiro, Távora e Atouguia, também em 1759, gerou receita para a Fazenda Real. A arrecadação e administração desta receita e também da despesa ficou a cargo do Juízo da Inconfidência (o Tribunal que julgava os crimes de alta traição ao Rei e ao Reino).

Em 22 de dezembro de 1761, era criado o Erário Régio, uma das instituições que, em linha temporal contínua desde finais do séc. XIV, antecedeu o atual Tribunal de Contas.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, os documentos do conjunto documental da Junta da Inconfidência são fundamentais para conhecermos a história do sequestro e destino destes bens confiscados.

Conheça aqui os pormenores desta história e veja também as imagens do antigo Colégio e da Igreja dos Jesuítas de Ponta Delgada: [O ANTIGO COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE PONTA DELGADA O ERÁRIO RÉGIO E O TRIBUNAL DE CONTAS](#)

## ARISTIDES DE SOUSA MENDES



No momento em que são concedidas honras de Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes, o Tribunal de Contas revela a última conta do Cônsul Geral de Portugal em Bordéus, de janeiro a junho de 1940. As contas foram apresentadas ao Tribunal em 1941 e julgadas em 1942, tendo o Tribunal considerado Aristides de Sousa Mendes quite com o Estado.

Veja os documentos que guardamos no nosso Arquivo Histórico: [ARISTIDES DE SOUSA MENDES, CÔNSUL DE PORTUGAL EM BORDÉUS](#)

## DO CASTELO DE S. JORGE À AVENIDA DA REPÚBLICA...



Apenas três quilómetros, 600 anos de distância. Este é o tempo que separa e que une os grandes espaços por onde já passou o Tribunal de Contas. Do Castelo de S. Jorge, onde começou em 1389 como Casa dos Contos, à Avenida da República, onde hoje está instalado.

No dia em que o Tribunal de Contas, com esta designação, celebra o seu aniversário (10 de novembro), A HISTÓRIA QUE AS CONTAS NOS CONTAM mostrou como evoluiu a Instituição no tempo e no espaço, num percurso que passa por quatro sedes diferentes, da Monarquia à República, da Época Medieval à atualidade.

[Conheça aqui a viagem pela História do Tribunal de Contas com imagens e documentos históricos](#)

